

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Brasil Advisory Services S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$15 milhões (31/12/2015 - R\$14 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2016 foi de R\$987 mil (31/12/2015 - R\$1,405 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos totais atingiram R\$16 milhões (31/12/2015 - R\$15 milhões). Desse montante, destacamos, R\$12 milhões (31/12/2015 - R\$12 milhões) são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 29 de março de 2017

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015		Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Ativo Circulante		12.638	410	Passivo Circulante		544	682
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&10.c	10	73	Dividendos a Pagar		276	507
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	4&10.c	12.387	-	Impostos a Pagar		207	146
Aplicações Financeiras		12.387	-	Outros Passivos		61	29
Créditos Tributários - Correntes	5.d	191	337	Total do Passivo		544	682
Outros Ativos		50	-	Patrimônio Líquido			
Ativo não Circulante		3.126	14.752	Capital Social		8.463	8.463
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	4&10.c	41	11.705	Reservas de Lucros		6.757	6.017
Aplicações Financeiras		41	11.705	Total do Patrimônio Líquido	6	15.220	14.480
Depósitos Judiciais		47	68				
Créditos Tributários - Correntes	5.d	2.984	2.936				
Créditos Tributários - Diferidos	5.b	54	43				
Total do Ativo		15.764	15.162	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		15.764	15.162

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	8.463	1.693	3.270	-	13.426
Lucro Líquido	-	-	-	1.405	1.405
Destinações:					
Dividendos	6.b	-	-	(351)	(351)
Reserva para Equalização de Dividendos	6.d	-	527	(527)	-
Reserva para Reforço de Capital	6.d	-	527	(527)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	8.463	1.693	4.324	-	14.480
Lucro Líquido	-	-	-	987	987
Destinações:					
Dividendos	6.b	-	-	(247)	(247)
Reserva para Equalização de Dividendos	6.d	-	370	(370)	-
Reserva para Reforço de Capital	6.d	-	370	(370)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	8.463	1.693	5.064	-	15.220

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Santander Brasil Advisory Services S.A. (SB Advisory), sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235 - Bloco A (parte), Vila Olímpia, São Paulo/SP tem por objeto social a prestação de serviços de assessoria e consultoria a pessoas físicas e/ou jurídicas, em investimentos em geral e serviços correlatos, inclusive, mas não limitadamente, os de estabelecimento de critérios e alocação de classes de ativos, sugestão de alocação de recursos em ativos e modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado de investimentos, recomendação e avaliação da atividade dos administradores de recursos de terceiros, aconselhamento quanto a riscos e conveniência de investimentos e avaliação e adequação dos investimentos administrados por terceiros, e, ainda a participação no capital de outras sociedades. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander), sendo que, atualmente, suas atividades estão restritas a Administração dos recursos próprios.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da SB Advisory, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, correlacionado as Normas Internacionais de Contabilidade - *The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs)*.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não houve resultados abrangentes, não sendo, desta forma, apresentada demonstração específica de resultados abrangentes. A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na reunião realizada em 29 de março de 2017.

O resultado e a posição financeira da entidade estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

c) Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão com obrigações legais, processos judiciais e administrativos; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros Básicos e Outros Tópicos

Definições
Um instrumento financeiro é um contrato que gera um ativo financeiro para a entidade, e um passivo financeiro ou instrumento financeiro para outra entidade.

A entidade contabiliza os seguintes instrumentos financeiros básicos:

- Caixa e Equivalentes de Caixa; e
- Aplicações Financeiras.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

- Participações em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto; e
- Direitos e obrigações dos empregadores no âmbito dos planos de benefícios aos empregados.

Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para Fins de Mensuração
Os ativos e passivos financeiros básicos são mensurados ao custo amortizado deduzido de perda por redução ao valor recuperável.

Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para Fins de Apresentação
Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e Equivalentes de Caixa": saldos de caixa e saldos credores à vista;
- "Aplicações": créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras; e
- Os passivos financeiros são classificados por natureza:

- "Passivos Financeiros ao Custo Amortizado": inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros.

c) Outros Ativos

Inclui o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

d) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

e) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

f) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado das aplicações financeiras e são classificados como circulantes.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

g) Evento Subsequente

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes aos depósitos bancários.

4. Ativos Financeiros ao Custo Amortizado

Classificação / Tipo:	Até	De 1 a	31/12/2016	31/12/2015
	1 Ano	3 Anos		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (Nota 10.c) (Nível I)	12.387	41	12.428	11.705
Total	12.387	41	12.428	11.705

Mensuração do Valor Justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

A SB Advisory não opera com Instrumentos Financeiros Derivativos.

5. Ativos e Passivos Fiscais

a) Imposto de Renda e Contribuição Social
O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil, como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes da Tributação	1.457	2.079
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente	(495)	(707)
Outros Ajustes	25	33
Imposto de Renda e Contribuição Social	(470)	(674)
Impostos Correntes	(481)	(661)
Impostos Diferidos	11	(13)
Impostos Pagos no Exercício	(117)	(575)

b) Impostos Diferidos

Créditos Tributários

Natureza e Origem:	31/12/15	Constituição	Realização	31/12/2016
Provisões Temporárias	43	11	-	54
Total dos Créditos Tributários	43	11	-	54

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	31/12/2016	Total
Diferenças Temporárias	15	32
CSLL	39	54
Total	15	32
Registrados	11	11
Total	15	39

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

d) Impostos Correntes

O crédito tributário corrente refere-se, basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar.

6. Patrimônio Líquido

a) Capital Social
O capital social em 31 de dezembro de 2016 e 2015, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 1.371 mil ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

Em 31 de dezembro de 2016, foram provisionados dividendos no montante de R\$247 atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015, foram provisionados dividendos no montante de R\$351 atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2015. O pagamento foi realizado em 29 de março de 2016.

c) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício é destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da SB Advisory e a continuidade da distribuição de dividendos podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. O saldo de ambas reservas, juntamente com a reserva legal, deve ser limitado a 100% do capital social.

DIRETORIA

Diretora Presidente

Maria Eugênia Andrade Lopez Santos

Diretores

Jayme Paulo Carvalho Junior

Reginaldo Antonio Ribeiro

Contador

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2017


 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

 Maria José De Mula Cury
Contador CRC 1SP192785/O-4

Aos Administradores

Santander Brasil Advisory Services S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Brasil Advisory Services S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Brasil Advisory Services S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, por motivos estratégicos a administração da Companhia decidiu concentrar suas atividades operacionais na administração do caixa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 23 de março de 2016, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.